



PACTU

Jornal sob a responsabilidade dos Sindicatos dos Bancários de Paranavai, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava.

RESISTIR PARA NÃO PERDER!

A luta dos movimentos sociais em 2017 conseguiu evitar um mal maior, imposto pelo poder econômico e implementado pelo governo ilegítimo de Temer.

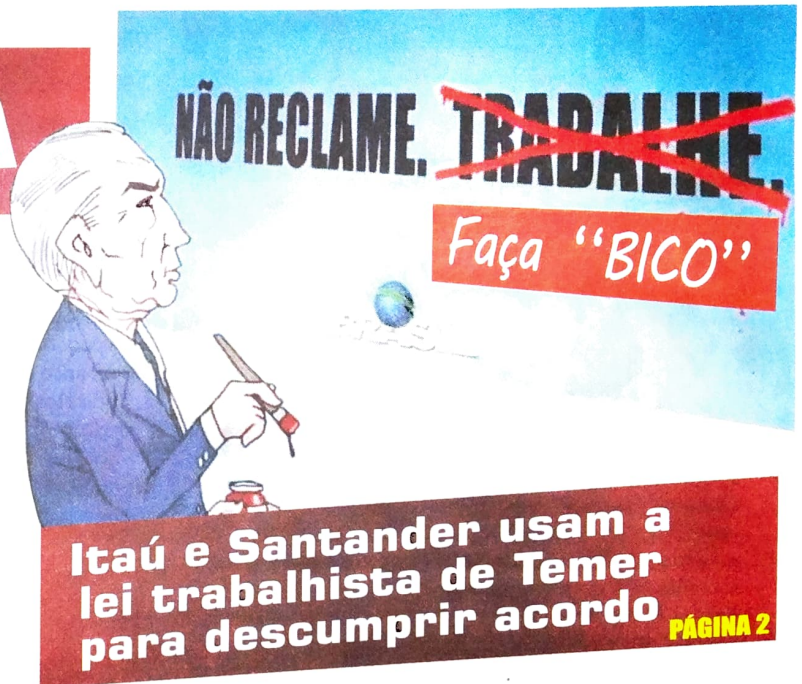
As diversas manifestações do ano passado, como as greves gerais de 28/04 e 30/06, não evitaram a Reforma Trabalhista, mas conseguiram adiar a Reforma da Previdência. O ano de 2018 promete novas investidas do governo aos direitos dos trabalhadores. A principal delas será a Reforma da Previdência.

Para alguns cientistas políticos, a condenação de Lula, sem provas minimamente consistentes, mostra que o grande capital econômico tem medo de que Lula volte a ser eleito Presidente e restabeleça os direitos dos trabalhadores.

Em meio a tudo isso, ainda tem a Copa do Mundo, que vai desviar a atenção de boa parte dos eleitores. Com esta conjuntura, candidatos oportunistas

aparecerão como "salvadores da Pátria" e podem tirar proveito da situação. Nesse cenário será realizada a primeira Campanha Nacional dos Bancários sob as regras da nova lei trabalhista, que já impõe retirada de direitos no Banco do Brasil, Itaú e Santander e várias perdas em outras categorias profissionais. É uma conjuntura política desfavorável aos trabalhadores, mas notoriamente aos bancários, onde metade ou um pouco mais tem como patrão o próprio Presidente da República.

Para os Sindicatos do Pactu, os bancários devem manter a serenidade para discernir quem fez ou quem pode fazer melhor para os trabalhadores. Será fundamental para a categoria participar da Campanha Nacional dos Bancários e das eleições gerais como protagonistas, orientando familiares e amigos sobre os projetos apresentados e quais serão melhores para os trabalhadores.



CAMPANHA NACIONAL DOS BANCÁRIOS 2018



Será a primeira Campanha com a nova lei trabalhista. Para o Comando Nacional, que coordena a Campanha, o contexto atual exigirá mobilizações eficazes.



Pactu realizando paralisações em agências do Santander e Itaú



Bancos descumprem acordos e implementam lei trabalhista de Temer

No Pactu e em outras regiões do país, os sindicatos de bancários da CUT realizaram paralisações nos bancos Santander, dia 31/01, e no banco Itaú, dia 1º de fevereiro.

Os dois bancos, além da Caixa e Banco do Brasil, estão utilizando de prerrogativas da nova lei trabalhista para descumprir acordos e convenções.

No Santander, a direção mudou a data de pagamento e impôs aos funcionários um banco de horas sem negociar com os sindicatos. Já o Itaú comunicou aos sindicatos que a partir de fevereiro as homologações serão realizadas no banco. Essas medidas contrariam a Convenção Coletiva, com prejuízo para os bancários. Para Everaldo Ribeiro, representante do Pactu na Comissão dos

Empregados do Santander, "a negociação individual do banco de horas coloca o bancário numa posição de inferioridade frente ao banco. O medo de ser preterido na ascensão profissional, ou até de perder o emprego, faz com que o bancário consinta, o que não aconteceria se a negociação fosse com o sindicato.

No Itaú, é na homologação que o sindicato percebe, muitas vezes, que aquele bancário ou bancária está em tratamento de saúde ou tem outros problemas relacionados com a demissão. Em algumas dessas constatações e com a concordância do demitido, o sindicato não realiza a homologação. E mesmo quando realiza, são feitas ressalvas para assegurar direitos futuros. Para os sindicatos, caso o Itaú não reveja esse encaminhamento, a orientação é que os futuros demitidos procurem o sindicato antes para as devidas instruções. Já BB e Caixa têm descomissionados alegando estar amparados na nova lei de Temer.

Campanha Nacional dos Bancários de 2018

O Comando Nacional dos Bancários realizou no dia 25 de janeiro, em Porto Alegre, a primeira reunião para organizar a Campanha Nacional dos Bancários de 2018.

Além de uma avaliação da conjuntura social, econômica e política, a reunião debateu formatos de encontros de bancos e a necessidade de adiantar a campanha desse ano, visando chegar na data-base, em 1º de setembro, com os Acordos e a Convenção Coletiva fechados.

A nova lei trabalhista de Temer não garante mais salários e outros benefícios em acordo ou conven-

ções vencidas, ou seja, é um risco chegar à data-base com acordos e convenções em negociação ou abertas.

Conjuntura difícil

Será a primeira campanha com a nova lei trabalhista, o que obrigará a categoria a realizar uma mobilização mais eficaz para evitar perdas de benefícios e salários. Nos bancos públicos a campanha tende a ser mais difícil ainda, pois com a orientação política de Temer, pode não haver nessa campanha a mesa única de negociação.

Os empregados dos bancos públicos enfrentam reestruturações e muitos estão sendo descomissionados ou perdendo função.

O Banco do Brasil, por exemplo, implementou nesse ano mais um plano de reestruturação, pelo qual centenas de bancários foram descomissionados e 1.200 caixas perderam a gratificação, além de realocações que produzem transtornos nos familiares.

Na Caixa, as entidades representativas dos funcionários evitaram recentemente que o banco se tornasse empresa de economia mista, através da campanha 'Defendemos a Caixa 100% Pública'. Contudo, a Caixa emite sinais de que vai endurecer nas negociações, uma vez que normatizou em seu estatuto parâmetros inferiores ao que tem hoje, para PLR e para o plano de saúde.

Nos bancos privados não é muito diferente. O Bradesco implantou recentemente um plano de demissão incentivado que desligou milhares de bancários. Há boatos de que o Itaú planeja um PDI também. Os dois bancos também já começaram a fazer uso da nova lei trabalhista de Temer, com iniciativas que estão retirando direitos dos trabalhadores.

Para Sandra Homeniuk, coordenadora política dos sindicatos do Pactu, "os bancários e as bancárias terão papel fundamental nessa campanha. Ou se mobilizam e participam das atividades da campanha ou o risco de perder direitos como rebaixamentos de PLR e de benefícios será grande".

Em defesa da Caixa 100% pública

Os sindicatos do Pactu realizaram no dia 12/01, mais uma manifestação em defesa da Caixa 100% pública. As manifestações também foram realizadas em diversas regiões do Brasil. O governo de Michel Temer (MDB), mudou a orientação política da Caixa deixada por Dilma Rousseff (PT), que utilizava o banco para investimentos em infraestrutura urbana, como saneamento básico e moradias, e promovia a educação técnica e universitária por meios de programas como o FIES, entre outros.

O governo promove um desmonte na Caixa por meio do fechamento de agências em regiões com menor desenvolvimento socioeconômico e pela mudança de perfil de atuação do banco: redução de recursos destinados ao financiamento habitacional voltado para a população de baixa renda, redu-

ção dos financiamentos de obras de infraestrutura de saneamento básico de água e esgoto, além das reduções de financiamento em projetos educacionais.

Com essa mudança, Temer privilegia os bancos privados, que já lucram muito e vão ocupar o espaço deixado pela Caixa e lucrar ainda mais, sem os compromissos com investimento antes feito pela instituição pública. Para o presidente da Fenae, Jair Pedro Ferreira "é necessário levar adiante a luta pela Caixa 100% pública e pela retomada do estado democrático de direito.

A sanha da corrupção e da privatização andam lado a lado no processo de desmonte do patrimônio público. Nesse sentido, a mobilização em defesa do banco público deve vir acompanhada de uma política de valorização dos empregados".

Novo PDV

Mais demissões e sucateamento

A Caixa pretende reabrir seu Programa de Demissão Voluntária (PDV) para reduzir a despesa com pessoal. Os interessados terão o mês de fevereiro para se inscrever. O banco diz que o objetivo da instituição é bater a proposta estipulada, no ano passado, de desligamento de dez mil funcionários. Em 2017, o banco realizou dois programas de demissão voluntária, que resultaram na demissão de 7,3 mil pessoas. Atualmente, a Caixa tem 88 mil funcionários. Para o movimento sindical, demissão significa sucateamento.



Campanha em defesa da Caixa 100% Pública realizada pelo Pactu, em Umuarama

Banco do Brasil x Privatização



Manifestação do Pactu no BB de Campo Mourão

O governo Temer implementa seu projeto de privatização e assim satisfaz a sanha dos mercados nacional e internacional. Começou com setor de energia e dá sinais de que vai privatizar os bancos públicos.

No dia 5 de janeiro, o governo anunciou a segunda fase do processo de reestruturação do Banco do Brasil, que prevê a criação de novas funções, realocação de funcionários e mais um plano de desligamento incentivado, que poderá ultrapassar 8 mil trabalhadores. Foram cortados 1.200 caixas e

outras centenas de assistentes perderam a função.

A LEI TRABALHISTA

Amparadas na reforma trabalhista, as mudanças não só apostam no desmonte do Banco do Brasil como na precarização dos direitos dos funcionários.

Quem aderir ao desligamento incentivado (ou consensual), por exemplo, recebe só metade do aviso prévio e 80% do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Não terá direito ao seguro-desemprego e

nem poderá acionar futuramente a empresa na Justiça, cobrando direitos trabalhistas, (como horas extras, por exemplo), estando inclusive impossibilitado de recorrer à Comissão de Conciliação Prévia (CCP).

"O BB é uma empresa de economia mista, com 54% das ações nas mãos da União. É o principal financiador do crédito agrícola para grandes e pequenos agricultores. Além disso, administra os repasses a programas como o Fundo Nacional de Saúde, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Daí a necessidade de lutar para evitar a privatização do banco", enfatiza o diretor do Pactu em Campo Mourão e funcionário do BB, Luis Marcelo Legnani.

Temer intensifica campanha pela reforma da previdência



De programa de rádios e redes sociais, aos mais vistos programas de televisão, Temer aparece para defender a reforma da previdência. Ele sabe das dificuldades que terá em ano de eleições para aprovar essa reforma que rebaixa vários direitos dos trabalhadores.

Por outro lado, o movimento social vai às ruas contra a retirada de direitos dos trabalhadores, sobretudo dos mais pobres. As centrais sindicais organizam, para 19 de fevereiro, mais um Dia Nacional de Luta contra a reforma da previdência em defesa da democracia.

Vai piorar pra velhos e doentes

Temer quer aumentar de 65 para 68 anos a idade mínima para que idosos em condição de pobreza tenham direito ao BPC (Benefício de Prestação Continuada), garantido pela Lei Orgânica da Assistência Social. A ideia, segundo o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e ministro em exercício, Alberto Beltrame, é alterar a lei sem necessidade de mexer na Constituição, "assim que aprovada a nova proposta de reforma da

Previdência"

"É um ataque brutal do governo não apenas às regras que garantem acesso à Previdência, mas a todo um conjunto de proteção social previsto no sistema de Seguridade Social pactuado pela sociedade brasileira na Constituição de 1988", denuncia a secretária de Políticas Sociais da CUT, Jandyra Uehara.

A intenção do ilegítimo e golpista Michel Temer (MDB-SP) é acabar com as políticas de proteção social, sobretudo as que garantem um mínimo de dignidade à população mais pobre do país. E isso não se resumirá ao novo texto da proposta de reforma da previdência, que o governo pretende colocar em votação em fevereiro, após o fim do recesso parlamentar.

O BPC, benefício equivalente a um salário mínimo, é pago a idosos com mais de 65 anos que não têm direito à aposentadoria, pois não conseguiram contribuir o tempo mínimo exigido ou comprovar trabalho rural, ou a pessoas com deficiência física ou mental. Em todos os casos, a família do beneficiário deve ter renda per capita (a soma do que todos recebem dividida pelo número de familiares) menor que 25% do salário mínimo, equivalente a R\$ 238,50.

Bancos demitiram 17,9 mil bancários em 2017

Se 2017 foi um ano em que, apesar da crise política e econômica do Brasil, os principais bancos (Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Santander), lucraram R\$ 54 bilhões somente nos primeiros nove meses do ano representando 20,4% a mais em relação ao mesmo período de 2016, foi também um dos anos em que os bancos mais demitiram: 17.905 vagas cortadas. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), persistiu a tendência de demitir quem ganha mais e contratar pagando menos. Os salários dos bancários contratados correspondem, em média a apenas 56% da remuneração dos demitidos. "Esses dados comprovam que os bancos seguem com sua política de exploração do país, lucrando alto por meio de tarifas e juros extorsivos, ao mesmo tempo em que demitem milhares de trabalhadores sem a menor justificativa. Por isto, a defesa do emprego e de melhores condições de trabalho continua sendo uma das nossas principais bandeiras de luta", explica Zeland Bremm, diretor do Pactu em Toledo.

Governo golpeia saúde do trabalhador

Em mais um ataque aos direitos dos trabalhadores, o governo golpista de Michel Temer acaba de publicar no Diário Oficial da União três resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR). Elas atingem diretamente os empregados das empresas públicas, entre elas os do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Duas delas tratam dos planos de saúde, alterando as regras para pior.

Além de vedar a criação de novos planos administrados pelos RH das empresas e limitar a lista de dependentes aos cônjuges e filhos, as Resoluções proíbem a inclusão dos pais e outros. Haverá prazo de 48 meses para que todas migrem para um sistema paritário de contribuição aos planos de saúde, sendo 50% para as empresas e 50% para os funcionários - atualmente a média é de 75% para as estatais e de 25% para seus empregados. As mudanças dão a medida do grande enfrentamento que os bancários do BB e da Caixa terão em suas campanhas salariais de 2018.